

A. I. Nº - 279547.1060/03-0
AUTUADO - REMAX TÉCNICA COMERCIAL LTDA.
AUTUANTES - MARCO ANTÔNIO VALENTINO e EDUARDO TADEU FELIPE LEMPÊ
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 11.03.04

ACÓRDÃO JJF Nº 0066/01-04

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CADASTRAL CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO POR ANTECIPAÇÃO SOBRE O VALOR ACRESCIDO. Pelos elementos constantes nos autos, o contribuinte era e continua inscrito no cadastro estadual. Não há motivo jurídico que justifique o pagamento do imposto por antecipação neste caso. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado pela fiscalização do trânsito de mercadorias em 30/10/03, diz respeito à “Falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso”[sic], relativamente a mercadorias adquiridas em outro Estado por contribuinte com a inscrição cadastral cancelada. Imposto lançado: R\$ 471,60. Multa: 100%.

O autuado defendeu-se dizendo que estava em processo de mudança, aguardando o alvará de funcionamento do novo local.

Um dos fiscais autuantes prestou informação contrapondo que quando da lavratura do Auto de Infração a inscrição cadastral do autuado estava cancelada.

VOTO

O presente Auto de Infração acusa a falta de pagamento de ICMS por antecipação na primeira repartição fazendária do percurso neste Estado, relativamente a mercadorias adquiridas para comercialização por contribuinte cuja inscrição cadastral se encontrava cancelada.

Como julgador, tenho o dever de apontar, de ofício, em nome do princípio da legalidade, dois aspectos relevantes na acusação. Primeiro: não é verdade que o contribuinte deixou de pagar o imposto por antecipação “na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso”, neste Estado, conforme acusa o Auto de Infração. A autuação se deu no posto fiscal da divisa entre a Bahia e Minas Gerais, e este é a primeira repartição fiscal do percurso das mercadorias neste Estado, pela BR-116. Infração haveria se a abordagem da fiscalização ocorresse em outro posto fiscal mais adiante, já tendo a carga passado pela primeira repartição fiscal. De acordo com o art. 426 do RICMS/97, em se tratando de mercadoria destinada a contribuinte não inscrito (inscrição

cancelada equipara-se a inexistência de inscrição), o imposto deve ser pago espontaneamente na primeira repartição fiscal, ou seja, sem Auto de Infração e sem multa.

Segundo: foi indicada no Auto de Infração a pena de 100% do valor do imposto. Ocorre que, de acordo com disposição expressa do art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, nos casos de antecipação tributária, “nas hipóteses regulamentares” – e esta é uma delas, pois do contrário não estaria sendo exigido o imposto a esse título – a multa é de 60%.

Passo agora ao exame dos fatos propriamente ditos.

A autuação foi motivada pelo fato de a inscrição do adquirente das mercadorias se encontrar cancelada. O autuado explica na defesa que estava em processo de mudança, aguardando o alvará de funcionamento do novo local. Noto que a ação fiscal se deu no dia 30/10/03 (a apreensão dos bens foi feita às 11h10m e a lavratura do Auto de Infração foi às 18h38m), porém no dia seguinte, 31/10/03, às 15h39m, a inscrição se encontrava ativa, conforme extrato à fl. 17. Tendo em vista que a inscrição tinha sido cancelada com fundamento no art. 171, I, do RICMS/97, para ser reativada teria de haver requerimento do sujeito passivo, aguardando-se a vistoria do local para constatar o real funcionamento da empresa no local, o despacho do inspetor e o lançamento da ocorrência no sistema de informática. Ora, se o Auto de Infração foi lavrado quando já havia terminado o expediente da repartição fiscal no dia 30, e nas primeiras horas do dia seguinte o sistema já acusava a inscrição como estando “ativa”, concluo que alguma coisa houve e não foi devidamente esclarecida nestes autos. Chamo a atenção para o seguinte: o endereço do contribuinte ficava na Pituba, conforme consta no Auto de Infração, na circunscrição da INFAZ Iguatemi, e no dia 30/10/03, quando foi feita a autuação, ainda constava que o estabelecimento pertencia à INFAZ Iguatemi (fl. 12); no entanto, no dia seguinte, 31/10/03, consta no sistema de informática da fazenda estadual que o endereço da empresa é na BR-324, km 7,5, em Porto Seco Pirajá, ligada agora à INFAZ Bonocô (fl. 17). Jamais uma mudança de endereço ocorreria tão rapidamente, por mais eficiente que seja o serviço público estadual. A repartição pode ser eficiente, mas não pode fazer milagres. Estou certo de que a empresa deu entrada nos papéis pedindo a mudança de endereço antes da ação fiscal. Não havia como em tão curto espaço de tempo ser solucionada a situação. Observo, por fim, que nas Notas Fiscais relativas às mercadorias apreendidas (fls. 8/10) o endereço do autuado é justamente o novo, ou seja, aquele que consta nos extratos do INC (Informações do Contribuinte) um dia após a autuação (fl. 17).

Noutras circunstâncias, seria o caso de baixar-se o processo em diligência para os devidos esclarecimentos. Neste caso, porém, considero desnecessária tal diligência. O fato em discussão não implica absolutamente perda de receita pelo Estado. O contribuinte era e continua inscrito no cadastro estadual. Não há motivo jurídico que justifique o pagamento do imposto por antecipação neste caso.

Consta no SIDAT que o contribuinte quitou este Auto de Infração. Assim, após o trânsito em julgado do julgamento destes autos, o contribuinte poderá requerer a restituição do pagamento indevido do tributo, multa e acréscimos, obedecidas as regras do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF).

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279547.1060/03-0**, lavrado contra **RE-MAX TÉCNICA COMERCIAL LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 8 de março de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA